

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001084-82.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **JOSE CARLOS ESTROZI**  
 Requerido: **Hdi Seguros Sa e outro**

JOSE CARLOS ESTROZI ajuizou ação contra HDI SEGUROS S/A e JOSÉ VITOR FILISMINO DE SOUZA, alegando que no dia 15.09.2013 trafegava com seu veículo Fiat/Strada, placas EEW-6650, pela Avenida Getúlio Vargas, momento em que, ao fazer uma conversão à esquerda para ingresso na Rua Padre Joaquim Botelho da Fonseca, foi abalroado pelo automóvel GM/Corsa conduzido por José Vitor. Afirmou que não estava sob efeito de substância alcoólica e que um dos passageiros do GM/Corsa arremessou uma garrafa de aguardente para fora do veículo. Assim, pediu que a seguradora seja condenada ao pagamento de R\$ 31.729,00 pelos danos materiais por ele suportados, além de, subsidiariamente, pedir a condenação de José Vitor à importância supracitada.

Citado, José Vitor de Souza contestou o pedido (fls. 56/62), aduzindo em preliminar a conexão com a ação ajuizada perante a E. 4ª Vara Cível local. No mérito, narrou que não deu causa ao evento danoso.

Ao mesmo tempo, o réu pediu, em reconvenção (fls. 73/85), a condenação de José Carlos Estrozi ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, haja vista que o autor desrespeitou a sinalização semafórica e, por consequência disso, causou a batida entre os automóveis.

Citada, HDI Seguros S/A contestou o pedido (fls. 130/160), advogando que o autor não faz jus a indenização securitária, porquanto estava dirigindo o veículo sob influência de substância alcoólica. Além disso, impugnou o valor de indenização pleiteado pelo autor.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O autor-reconvindo se manifestou sobre a contestação de HDI Seguros (fls. 230/236) e do José Vitor de Souza (fls. 252/257), bem como repeliu a pretensão contida na reconvenção (fls. 258/268), denunciando à lide a seguradora HDI Seguros S/A, afirmando que não deu causa ao acidente e impugnando os valores pleiteados pelo réu-reconvinte.

Manifestou-se o réu-reconvinte (fls. 313/314).

Determinou-se a expedição de ofício à Santa Casa e à 4ª Vara Cível local, solicitando o encaminhamento dos autos nº 1001262-31.2014, haja vista a conexão entre as ações (fls. 315). Foi juntado aos autos os prontuários médicos do autor-reconvindo e do réu-reconvinte (fls. 320/350).

Acolheu-se a denúncia da lide (fls. 364).

Citada, a denunciada não contestou o pedido.

Foi designada audiência de instrução e julgamento, na qual foram ouvidas seis testemunhas (fls. 405/411).

As partes apresentaram alegações finais, cotejando a prova e ratificando suas teses.

Em apenso, o incidente de impugnação à assistência judiciária concedida ao réu-reconvinte, já rejeitada, e o processo nº 1001262-31.2014, entre as mesmas partes e com causa de pedir e pedido idênticos aos da reconvenção.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Há conexão entre esta ação e a que tramita nos autos do processo nº 1001262-31.2014, de modo que os feitos serão julgados conjuntamente, nos termos do art. 55, § 1º, do Código de Processo Civil.

A controvérsia está em saber quem deu causa ao evento danoso e se subsiste a responsabilidade da seguradora em indenizar o segurado pelo

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

sinistro ocorrido.

No boletim de ocorrência realizado pelos policiais militares que atenderam o chamado, consta a declaração de José Leovaldo da Silva Mello de que o veículo GM/Corsa "*foi colhido pelo veículo Fiat/Strada que trafegava pela Avenida Getúlio Vargas, sentido centro-bairro e no mesmo cruzamento não respeitou o sinal vermelho*" (fls. 28). Ainda no relatório, consta a seguinte informação: "*os condutores relataram que durante a tarde fizeram o consumo de algumas bebidas alcoólicas, autorizando a retirada de sangue para constatação, porém após ser liberado pelo médico Vicente Petrilli Neto, CRM-SP 65.407, o senhor Carlos Estrozi deixou a Santa Casa não sendo possível colher seu sangue*". (fls. 31).

Ouvido em juízo (fls. 410), José Leovaldo da Silva Mello declarou que estava em um posto de combustível localizado na Avenida Getúlio Vargas e que visualizou o acidente. Narrou, ainda, que "*o veículo Fiat/Strada vinha pela referida avenida, no sentido Rodovia Washington Luiz, e efetuou manobra de conversão à esquerda, no sentido Jardim São Paulo. O semáforo estava fechado para tal motorista, tanto para a hipótese de seguir em frente quando para a hipótese que ele escolheu, de convergir a esquerda. Em sentido contrario, pela mesma avenida, eu vi três veículos: um automóvel pequeno, branco, que desviou e seguiu adiante, o automóvel Corsa, que acabou colidindo, e um automóvel Cadete, o qual conseguiu parar perto de um ponto de ônibus existente nas imediações. Naquela época o semáforo tinha funcionamento diferente do atual. Naquela época o semáforo tinha dois tempos para cada qual dos sentidos de direção, de modo que ao permitir conversão a esquerda, no sentido de direção do Fiat/Strada, proibira a passagem dos veículos que trafegavam pela mesma avenida, em sentido oposto. Reafirmo que naquela oportunidade o semáforo mostrava cor vermelha para os veículos que executavam a mesma manobra do Fiat/Strada. Aliás o semáforo estava vermelho naquele momento tanto para seguir adiante quanto para convergir à esquerda, considerando o sentido de direção do Fiat/Strada*".

A testemunha Rodrigo Moreira esclareceu que trabalhava no Posto Bandeiras II e que observou toda a dinâmica do acidente, sendo que o motorista do veículo Fiat/Strada, que trafegava pela Av. Getúlio Vargas, desrespeitou o semáforo que mostrava cor vermelha e efetuou a conversão a esquerda. Por conta disso, acabou ocorrendo a colisão com o veículo que vinha pela mesma avenida, em sentido contrário (fls. 411).

Por outro lado, em relação à questão sobre em qual dos veículos a garrafa de aguardente estava no momento do acidente, o exame toxicológico de

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

dosagem alcoólica revelou resultado negativo para a presença de álcool etílico na corrente sanguínea de José Vitor de Souza (fls. 111), documento idôneo, é claro.

Além disso, o Dr. Leonardo Carvalho Olaio esclareceu que a anotação "G14" localizada no prontuário de José Vitor de Souza refere-se ao grau de consciência do paciente, sendo que o nível abaixo do normal pode ter sido decorrente tanto do traumatismo sofrido como do efeito de bebida alcoólica (fls. 407). Presume-se, portanto, que a variação constatada decorreu do traumatismo sofrido pelo réu-reconvinte, vez que o exame toxicológico é o meio apropriado e eficaz para constatar a presença de álcool na corrente sanguínea.

A prova, portanto, com ênfase para o depoimento de testemunhas presenciais, remete à conclusão de que o autor-reconvindo desrespeitou regra de trânsito elementar, pois convergiu à esquerda em via movimentada, sem aguardar a permissão de passagem regulamentada por farol, ou seja, ignorou o sinal vermelho, dando causa ao evento danoso. Em consequência, além do insucesso da pretensão indenizatória deduzida em desfavor do outro motorista, deve reparar os prejuízos a este causados (art. 927 do Código Civil). Em casos semelhantes, o E. Tribunal de Justiça assim decidiu:

"ACIDENTE DE TRÂNSITO. Responsabilidade civil. Indenização. Colisão de veículos. Réu que avançou o sinal vermelho. Prova testemunhal que confirma que o semáforo era favorável ao veículo do autor. Culpa caracterizada. Sentença correta. Recurso não provido." (Apelação nº 0165780-37.2010.8.26.0100, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Gilson Delgado Miranda, j. 28/01/2014).

"RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - PROVA ORAL PRODUZIDA EM AUDIÊNCIA - DEMONSTRAÇÃO DA CULPA DA CONDUTORA DO VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO DEMANDADO - INOBSERVÂNCIA DE FAROL VERMELHO. 1. A autora comprovou os fatos alegados em sua inicial. A prova testemunhal demonstra ter a condutora do veículo de propriedade do acionado agido com culpa, pois esta não respeitou o farol vermelho, vindo a causar o acidente. 2. Recurso impróvido." (Apelação nº

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

0131793-44.2009.8.26.0003, 35ª Câmara de Direito Privado, Rel.  
 Des. Artur Marques, j. 27/08/2012).

Quanto ao estado de embriaguez do autor-reconvindo, apesar das testemunhas indicarem que este havia ingerido bebida alcoólica antes do acidente, tal fato, por si só, não tem o condão de afastar a responsabilidade da seguradora. Há precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:

"CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BENEFICIÁRIO DE SEGURO. MOTORISTA ALCOOLIZADO. SITUAÇÃO QUE NÃO EXCLUI O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO CONTRATADA. RISCO INERENTE À ATIVIDADE. CC, ART. 768. I. Para a configuração da hipótese de exclusão da cobertura securitária prevista no art. 768 do Código Civil vigente, não basta a identificação de que o motorista segurado se achava alcoolizado, mas que o estado mórbido constituiu elemento essencial para a ocorrência do sinistro, prova que a ré, cuja atividade é precisamente a cobertura de eventos incertos, não logrou fazer. II. Precedentes do STJ. III. Recurso especial conhecido e provido." (Resp. 1012490/PR, Quarta Turma, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, Julgado em 28/04/2008).

"Agravamento no agravo de instrumento. Ação de indenização. Acidente de trânsito. Seguro. Responsabilidade. Embriaguez do segurado. Agravamento do risco por parte do segurado. Afastamento. A embriaguez do segurado, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida. Inaplicabilidade do art. 1454 do CC/1916. Precedentes." (AgRg no Ag 895146/SC, Terceira Turma, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Julgado em 14/11/2007).

Embora haja indícios de que o autor-reconvindo tenha ingerido bebida alcoólica, o próprio médico que o atendeu não constatou a presença de vestígios significativos que comprovassem tal fato (fls. 407). Além disso, não observo qualquer tentativa em burlar a constatação da embriaguez, seja em razão da inexistência de etilômetro no local do acidente ou porque a alta médica



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

foi concedida sem realizar o prévio exame de sangue.

Dessa forma, não havendo provas robustas de que o autor-reconvindo estivesse embriagado no momento do acidente ou, ao menos, de que o fator determinante para a ocorrência do evento danoso fosse o seu estado de embriaguez, persiste o dever da seguradora em pagar a indenização securitária.

"SEGURO DE VIDA - COBRANÇA - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - MORTE DO SEGURADO - ALEGAÇÃO DE QUE ESTAVA ALCOOLIZADO E QUE ESTE FATO CONTRIBUIU PARA O SINISTRO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO COMPROVADO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE A PARTIR DA DATA DO SINISTRO - RECURSO NÃO PROVIDO. Não comprovando a seguradora, de forma cabal, que estava o segurado em estado de embriaguez no momento do acidente que ceifou sua vida, bem como que tenha sido causa determinante do sinistro (art. 333, II, do CPC), de rigor sua condenação em pagar ao autor, beneficiário, a indenização securitária pleiteada, cujo valor, todavia, deve respeitar o capital segurado, corrigido monetariamente a partir da data do aviso do sinistro (fevereiro de 2009) e, quanto aos juros de mora, à taxa de 1% ao mês a partir da citação." (TJSP, Apelação nº 0017818-50.2012.8.26.0161, 31ª Câmara de Direito Privado, Des. Rel. Paulo Ayrosa, j.15.04.2014).

"Seguro de veículo. Cobrança. Ação julgada procedente. Alegação de embriaguez do segurado no momento do acidente que exclui o dever de pagar a indenização. Inadmissibilidade. Ausência de provas do nexo de causalidade entre o acidente e a embriaguez. A ingestão de bebida alcoólica, por si só, não comprova que o segurado tenha agido diretamente de forma a aumentar o risco. Sentença mantida. Recurso desprovido." (TJSP, Apelação nº 0003276-53.2011.8.26.0390, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Júlio Vidal, j. 11/03/2014).

Diante disso, em relação à lide principal, fica estabelecida a

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

obrigação da Companhia Seguradora de indenizar o dano suportado pelo segurado, em seu próprio veículo e em reembolso pelo que despendeu perante o outro motorista.

O *quantum* indenizatório, a ser apurado de acordo com o valor de reparo do automóvel, será fixado em sede de liquidação de sentença, pois o segurado limitou-se a apontar o valor de mercado de seu veículo, sem esclarecer e comprovar ter havido perda total, certo existir impugnação da Companhia Seguradora a respeito (fls. 155). Mas os juros moratórios são devidos desde a época da citação inicial, quando constituído em mora o devedor..

O pedido subsidiário deve ser rejeitado, haja vista a irresponsabilidade do réu-reconvinte pelos fatos ocorridos, cabendo ao autor-reconvindo arcar com o pagamento das verbas sucumbenciais.

No tocante à reconvenção, comprovada a culpa do autor-reconvindo pelo evento danoso, passo a fixar o valor das indenizações devidas. Conforme entendimento sumulado do E. Superior Tribunal de Justiça, *são cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato* (Súmula nº 37).

É inquestionável a existência de dano moral indenizável, pois em razão do acidente o réu-reconvinte teve lesões no braço esquerdo e na coluna vertebral. Soma-se a tais infortúnios o abalo psicológico por ele sofrido, seja pela dor durante a batida ou por todas as dificuldades no processo de recuperação e tratamento.

Na lição de Maria Celina Bodin de Moraes, quando os atos ilícitos ferem direitos da personalidade, como a liberdade, a honra, a integridade física, a atividade profissional, a reputação, as manifestações culturais e intelectuais, a própria violação causa danos morais *in re ipsa*, decorrente de uma presunção *hominis* (Danos à Pessoa Humana uma leitura civil-constitucional dos danos morais, Renovar, Rio de Janeiro, 2003, pp. 157/159).

Ora se preconiza a utilização, como parâmetro, do Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4.117/62 (JTACSP-RT, vol. 120, págs. 106 e 110) e, no âmbito do E. Tribunal de Justiça deste Estado, se cogita de incorporação de um percentual determinado ao valor de cada pensão (JTJ-Lex 137/191) ou da concessão de múltiplos da pensão (JTJ-Lex, 142/93).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A solução aqui pronunciada é o deferimento da quantia de R\$ 20.000,00.

Quanto ao danos materiais, cabe ao autor-reconvindo suortar o pagamento das despesas de conserto do automóvel GM/Corsa do réu-reconvinte. A valor declinado no orçamento juntado a fl. 114 (R\$ 22.022,00) deve prevalecer, pois menor dentre os orçamentos apresentados. Aliás, a impugnação genérica do autor-reconvindo não foi capaz de infirmar o orçamento apresentado, razão pela qual prevalecerá o valor pleiteado. É esse o entendimento da jurisprudência:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DANOS. COMPROVAÇÃO. ORÇAMENTO IDÔNEO. A apresentação de orçamento idôneo, não elidido por elementos hábeis pela parte contrária, é suficiente para a comprovação dos danos alegados pelo autor. Recurso especial conhecido, em parte, e provido." (STJ, REsp n. 260.742-0, Rel. Min. Barros Monteiro, j. 13.08.2001).

"ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO. COMPROVAÇÃO. NOTAS FISCAIS E ORÇAMENTO. ADMISSIBILIDADE. As exhibições de notas fiscais e de um único orçamento feito em oficina idônea são aptos à comprovação do montante dos prejuízos advindos com o acidente, suficientes para instruir a inicial, não havendo prova nos autos capazes de elidi-los, deve prevalecer o valor pleiteado." (TJSP, Apelação nº 9184914-08.2007.8.26.0000, Rel. Des. Gilberto Leme, j. 4.10.2011).

O réu-reconvinte comprovou o pagamento dos serviços de guincho (fls. 116/117 - R\$ 250,00), e de transporte para as sessões de fisioterapia (fls. 118/124 – 25 recibos no valor de R\$ 49,60), de modo que deve ser ressarcido das quantias despendidas.

Ademais, deverá o autor-reconvindo responder pelas despesas do tratamento da vítima, conforme determinada o art. 949 do Código Civil. O *quantum* indenizatório será fixado na etapa de liquidação da sentença, devendo abranger todas as despesas documentalmente comprovadas relacionadas à cirurgia, tratamento ambulatorial, medicamentos e processo recuperatório do réu-reconvinte.



**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O valor recebido a título de seguro obrigatório (DPVAT) será deduzido das indenizações fixadas nesta sentença (Súmula 246 do STJ).

Por fim, é procedente a lide secundária, pois incontroversa a cobertura do sinistro descrito, respeitados os limites previstos na apólice. A Companhia Seguradora não responderá por verbas processuais perante a segurada, pois não contestou à lide secundária.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento acerca da possibilidade de condenação solidária da Companhia Seguradora, no julgamento do Recurso Especial nº 925.130/SP (2007/0030484-4), definindo, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, posição acerca do julgamento de recursos repetitivos:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SEGURADORA LITISDENUNCIADA EM AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MOVIDA EM FACE DO SEGURADO. CONDENAÇÃO DIRETA E SOLIDÁRIA. POSSIBILIDADE.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de reparação de danos movida em face do segurado, a Seguradora denunciada pode ser condenada direta e solidariamente junto com este a pagar a indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.

2. Recurso especial não provido.

Ademais, *em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice* (Súmula 537, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015).

Diante do exposto, acolho parcialmente os pedidos deduzidos na petição inicial e condeno HDI SEGUROS S/A a pagar para JOSÉ CARLOS ESTROZI o valor indenizatório correspondente aos danos ocorridos no veículo segurado, em razão do acidente em questão, danos cuja extensão e montante

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

serão apurados em sede de liquidação de sentença, certo que se tiver ocorrido perda total, será utilizado o valor estimativo indicado na tabela FIPE na data do acidente, com correção monetária desde então. Incidirão juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial. Responderá a vencida por metade das custas processuais da lide principal e pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 15% do valor da condenação.

Rejeito o pedido quanto à JOSÉ VITOR FILISMINO DE SOUZA e condeno o autor ao pagamento de metade das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono do contestante, fixados por equidade em R\$ 2.000,00.

Ao mesmo tempo, acolho os pedidos deduzidos por JOSÉ VÍTOR VILISMINO DE SOUZA na reconvenção e nos autos do processo nº 1001262-31.2014 e condeno JOSÉ CARLOS ESTROZI a pagar as seguintes verbas:

(a) indenização por dano moral fixada em R\$ 20.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios desde a data do evento danoso;

(b) A importância de R\$ 22.022,00, referente ao conserto do veículo do réu-reconvinte, com correção monetária desde a data do orçamento e juros moratórios contados a partir do evento danoso (STJ, Súmula 54);

(c) Ao ressarcimento de R\$ 1.490,00, correspondente aos serviços de guincho e de transporte para as sessões de fisioterapia, com correção monetária a partir de cada desembolso e juros moratórios desde a data do evento danoso.

(d) Ao pagamento de todas as despesas documentalmente comprovadas, relacionadas à cirurgia, tratamento ambulatorial, medicamentos e processo recuperatório do réu-reconvinte. O *quantum* indenizatório será fixado na etapa de liquidação da sentença.

(e) Será deduzido do montante da condenação o valor indenizatório a título de Seguro Obrigatório (DPVAT), corrigido desde a data do recebimento.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno o autor-reconvindo ao pagamento das custas e despesas processuais, inclusive do processo conexo, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios fixados em 15% do valor da condenação.

Outrossim, acolho a denúncia da lide e condeno HDI SEGUROS S/A a pagar para JOSÉ CARLOS ESTROZI os valores que este despende em favor do réu-reconvinte, em razão da condenação judicial, limitado o reembolso aos montantes atualizados previstos na apólice, em cada qual dos títulos. Incidirão correção monetária desde a data do pagamento objeto de reembolso e juros moratórios, estes contados da época em que lhe for exigido o pagamento.

Ressalvo ao réu-reconvinte a hipótese de execução da sentença diretamente contra a Companhia Seguradora, nos termos da Súmula 537 do STJ.

Traslade-se cópia para os autos do processo em apenso.

P.R.I.C.

São Carlos, 31 de maio de 2016.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**